



**ENTRE A IDEOLOGIA E A UTOPIA:
REFLEXÕES SOBRE A GEOPOLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Between the ideology and the utopia: reflections about the geopolitics of sustainable development

Leandro Dias de Oliveira¹

RESUMO:

A Rio-92 – dividida entre o *Riocentro*, onde estiveram reunidas as delegações diplomáticas e chefes de governo, e o *Aterro do Flamengo*, onde ocorreu o “Fórum Global”, com a participação de ONGs e movimentos sociais – significou a construção de um receituário “incontestável” – *o desenvolvimento sustentável* – para a consecução de um equilíbrio sócio-ecológico planetário, cujo escopo é o ajuste da natureza aos interesses econômicos através de estratégias para a conservação das riquezas naturais situadas, em maior parte, no território dos países periféricos. Entretanto, nos interstícios desta conferência, emergiram “espaços de esperança” capazes de confrontar a ordem instituída.

Palavras Chave: Desenvolvimento Sustentável – Rio-92 [Eco-92] – Meio Ambiente.

ABSTRACT:

The Rio-92 – divided between *Riocentro*, where the diplomatical delegations and heads of government have been congregated, and *Aterro do Flamengo*, where the “Global Forum” occurred, with the participation of NGOs and social movements – meant the construction as an “inconstestable” prescription – *the sustainable development* – to the attainment of a planetary social ecologic balance, whose purpose is the adjustment to the economical interests thru strategies for the maintenance of the nature resources situated, in bigger part, in the territory of the peripheral countries. However, in the interstices of this conference, “spaces of hope” had emerged capable to confront the instituted order.

Keywords: Sustainable Development – Rio 92 [Earth Summit] – Environment.

¹ Doutor, professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. ldiasufrj@gmail.com

INTRODUÇÃO

Rio de Janeiro, junho de 1992. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento [Eco-92] reuniu delegações oficiais de 178 países no Riocentro na Cúpula Mundial sobre o Meio Ambiente, enquanto no Aterro do Flamengo ocorria o Fórum Global, evento que reuniu movimentos sociais, líderes religiosos, artistas, intelectuais, jornalistas, organizado por várias ONGs (Organizações Não-Governamentais) e movimentos populares.

Estiveram presentes na metrópole fluminense alguns importantes presidentes do mundo, como George Bush, o premier inglês John Major, François Mitterrand, Fidel Castro, entre muitos outros. Fernando Collor de Mello, então presidente do Brasil, deslocou tropas federais para o Rio de Janeiro com o intento de manter a ordem pública, fato que até os dias atuais serve de exemplo de como o Exército pode atuar no combate ao crime. Afinal, utilizando até mesmo tanques de guerra, a cidade do Rio de Janeiro permaneceu em completa “paz” durante os dias da conferência.

No Aterro do Flamengo, onde se instalou o Fórum Global, intelectuais de diversas nacionalidades realizaram discussões diversas. Herbert de Souza, o Betinho, participou da abertura. Além de debates acadêmicos, ocorreram reuniões eclesiais e ecumênicas e encontros entre líderes de comunidades indígenas e tradicionais. Houve intensa participação de movimentos sociais organizados em lutas urbanas, agrárias, de gênero, étnicas, ecológicas etc. Cerca de 20.000 representantes de ONGs de mais de 170 países do mundo participaram do Fórum. Artistas de renome ou anônimos se solidarizaram com a construção de um mundo ambientalmente mais saudável. Ao todo, cerca de 500.000 pessoas estiveram no Aterro do Flamengo durante a Eco-92.

A Rio 92 tem importância singular por ter indicado decisões capazes de conciliar diferentes realidades de países centrais e periféricos; a promulgação do desenvolvimento sustentável permitiu aparar arestas entre organizações não-governamentais e Estados, multinacionais e movimentos sociais. A Eco-92 foi tão importante que a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada no Rio de Janeiro em 2012, ficou conhecida como Rio + 20, perfazendo uma espécie de balanço de duas décadas das proposições e medidas então propugnadas.

O objetivo central deste artigo é analisar como a concepção de desenvolvimento sustentável consolidou-se geopoliticamente como mecanismo de “*salvação da natureza*” em escala planetária. A partir de um acontecimento-base – a saber, a Eco-92 – nosso intento é compreender como tal conferência, mesmo com graves discussões entre as delegações diplomáticas presentes no Riocentro e no Fórum Global (este último sem poder decisório), entrou para história como uma celebração, em tons consensuais, da concepção geopolítica do desenvolvimento sustentável.

Todavia, entre as proposições dos “especialistas” – aqueles que detêm o “discurso competente” (CHAUI, 1982) pelas diplomações e títulos acadêmicos, e que se colocam como porta-vozes dos interesses dominantes – e a efervescência dos movimentos sociais durante o Fórum Global, a Rio 92 institucionalizou o desenvolvimento sustentável, com a assinatura da Agenda 21 e a promoção de uma espécie de ambientalismo de mercado. Entretanto, nos interstícios das ações dominantes em prol da *Operação Desenvolvimento Sustentável*, emergiram “espaços de esperança”, em torno das novas utopias criadas pela construção de uma sociedade melhor.

A CONFERÊNCIA DO RIO DE JANEIRO – 1992 E A CELEBRAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Como observado, a Conferência do Rio de Janeiro – 1992 foi um evento bipartido: enquanto no Riocentro ocorreu a *Cúpula da Terra*, reunindo as delegações oficiais dos países participantes que fizeram os acordos internacionais da conferência, no Aterro do Flamengo aconteceu o *Fórum Global*, envolvendo as ONGs e movimentos sociais. A Cúpula da Terra se sobrepôs ao Fórum ao criar a falsa impressão de um diálogo ativo entre ambas, quando na verdade apenas a primeira possuiu caráter deliberativo. Ideologicamente, o Fórum Global foi tratado como um evento festivo onde ocorreu a celebração definitiva do desenvolvimento sustentável.

“Cúpula da Terra”: a reunião das delegações no Riocentro

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento iniciou-se, oficialmente, em 03 de junho de 1992, com pronunciamentos do anfitrião, o Presidente do Brasil, Fernando Collor de Mello, o rei Gustavo da Suécia, e da primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, que liderou a equipe da ONU na construção do “*Nosso Futuro Comum*”.

Desde a abertura, uma série de reuniões e grupos de trabalhos foi estabelecendo pontos de tensão; os onze dias da Rio-92 representaram momentos de conflito de ideias e articulação de propostas e contrapropostas, que envolviam a formulação e assinatura de documentos, os mecanismos e normas de financiamento e os prazos para o estabelecimento de suas implicações. Vale ressaltar que a Cúpula da Terra produziu os seguintes documentos oficiais: [1] Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento [2] Convenção-Quadro sobre Mudança Climática; [3] A Convenção sobre Diversidade Biológica, ou apenas “Convenção sobre / da Biodiversidade”; [4] a “Declaração de Princípios com Autoridade Não Juridicamente Obrigatória para um Consenso Global sobre Manejo, Conservação e Desenvolvimento Sustentável de Todos os Tipos de Florestas”, ou simplesmente, a Declaração sobre as Florestas; e [5] a Agenda 21, documento primaz que objetiva se tornar a agenda de um século na construção do modelo de desenvolvimento sustentável. Além destes documentos com escopo planetário, também foram produzidos trabalhos como “*Nossa Agenda*”, da América Latina e Caribe, e os Relatórios Nacionais dos países participantes.

Os debates realizados no Riocentro foram geralmente impingidos pela clivagem “Norte – Sul”; afinal, após a Guerra Fria, seguiu-se um período em que os países periféricos passaram a ser vistos pelos países centrais como *locus* preferencial, quando não exclusivo, de todos os males contemporâneos: epidemias, narcotráfico, sujeira, ignorância, criminalidade, fanatismo terrorista, corrupção política, esbanjamento dos recursos públicos, superpopulação e emigração (ALVES, 2001). Neste sentido, entre os fatos relevantes da conferência, ocorreu a emersão política e diplomática do Grupo dos 77, tendo a Índia e a Malásia como vozes mais audíveis (DOMINGOS, 1993).

Assim, o G77 não evitou que a Conferência do Rio de Janeiro-1992 estabelecesse que os recursos adicionais para abordar projetos ambientais fossem, a partir dali, catalizados através da “*Facilidade Global Ambiental*” (*Global Environmental Facility*), e assim que se aceitassem as prioridades determinadas pelos administradores deste fundo (ROSENTHAL, 1994). O GEF havia deixado de ser um “clube” exclusivo pouco antes de se iniciar a conferência para se tornar um mecanismo criado no Banco Mundial para financiamento ambiental (MONTAÑO, 1994). Jorge Montaña (1994, p. 251) argumenta que os esforços dos países do Sul não foram suficientes em criar uma contrapartida a este mecanismo – a proposta de um “Fundo Verde”, com recursos suficientes para atender as demandas dos intitulados

países em desenvolvimento. A negativa dos países industrializados foi definitiva, apoiada em argumentos como a burocratização e ineficácia que na opinião dos mesmos caracterizam as Nações Unidas. Ainda que o G77 tenha se fortalecido na conferência, isto não foi suficiente para superar esta fragorosa derrota.

Rubens Ricupero – naquele momento, Embaixador do Brasil nos Estados Unidos – e Marcos Azambuja, coordenador-geral das posições brasileiras na Conferência, que adotaram a *negociação global multilateral por consenso*, ajudaram a costurar acordos que evitaram a ruptura entre G7 e G77, de maneira que se aludiu uma maior transparência ao GEF e apenas intenções de cumprir, futuramente, a reposição de capital da ODA (Ajuda Oficial ao Desenvolvimento), que indicava compromissos de investimentos dos países centrais no desenvolvimento da periferia econômica mundial (LAGO, 2007). O próprio Rubens Ricupero, que foi um importante articulador para a implementação do GEF – segundo suas próprias palavras, a parte mais espinhosa das negociações da conferência (RICUPERO, s/d) – apontava como positiva a mudança de intenções entre a criação do “Fundo Verde” para o diversificado mecanismo de financiamento do Banco Mundial².

A criação do *Global Environmental Facility* (GEF) foi anunciada alguns meses antes da conferência, fora do contexto das negociações e desarticulado com interesses dos chamados “países em desenvolvimento” (LAGO, 2007, p. 78). Segundo André Aranha Corrêa do Lago (2007), o GEF não correspondia ao mecanismo financeiro pretendido pelos “países em desenvolvimento”, uma vez que não poderia nem pretendia cobrir os gastos ambientais, e só apoiaria projetos ambientais de impacto global (o que significava que só auxiliaria em investimento que trouxessem benefícios aos países financiadores). Além disso, os ecologistas suspeitavam do GEF, em vista da sua organicidade com o Banco Mundial que, segundo eles, primou historicamente por investimentos tão grandiosos quão ecologicamente danosos, a exemplo de rodovias em meio a florestas e barragens hidrelétricas (LIMA, CRUZ, PIMENTEL, 2010).

Toda esta conjuntura mostra o processo de financeirização plena dos propósitos de proteção ambiental no âmago das Nações Unidas. Comprova-se, assim, como demonstra Marcos Nobre (2002), que o Banco Mundial e o FMI influenciam diretamente na consolidação institucional do termo desenvolvimento sustentável. Neste panorama, podemos afirmar que o “*desenvolvimento*” venceu o “*sustentável*”. O fortalecimento do GEF / Banco Mundial mostrou como se privilegiou o desenvolvimento, e também o quanto a crise ambiental mantém as diferenças Norte – Sul. As propostas de vinculação “*Desenvolvimento Sustentável*” e “*Desenvolvimento Desigual e Combinado*”, presente na articulação do PNUMA sob liderança de Maurice Strong, e também o “Fundo Verde” foram derrotadas (NOBRE, 2002). A luta maior na Cúpula da Terra, segundo Marcos Nobre (2002), foi travada pelos custos e financiamento da implantação do desenvolvimento sustentável, alçado como

²Linda Starke (1991) aponta que o Banco Mundial passou a assumir liderança nos programas de financiamentos, reorientando-se para os problemas ambientais e apoiando o desenvolvimento sustentável, depois de uma profunda revisão em seu Departamento Ambiental, no primeiro semestre de 1987. Nos dois anos subsequentes, o quadro de profissionais que tratava de questões de meio ambiente na instituição foi multiplicado por sete. No ano fiscal de 1989, o Banco Mundial demonstrava a existência de significativos aspectos ambientais em mais de um terço de projetos por ele aprovados, de maneira que, em setembro, foi formalizado o processo de “avaliação ambiental”. A seguir, o Banco Mundial criou uma vice-presidência para o “Desenvolvimento Ambientalmente Sustentável” (SERAFY, 1997, p. 196). A questão ambiental ganhava vulto dentro da instituição, como afirmava Ken Piddington, Diretor do Departamento do Banco Mundial para o Meio Ambiente, que saudava o desenvolvimento sustentável como imperativo. Isto obrigou os países periféricos a atenderem critérios ambientais antes de terem seus projetos aprovados (STARKE, 1991, p. 33), e ainda obrigava estas nações a atender os critérios ambientais de acordo com os interesses do Banco Mundial. O Banco Mundial tornava-se o instrumento de balizamento da construção do desenvolvimento sustentável em escala global.

um modelo a ser constituído mundialmente. A partir da Conferência do Rio de Janeiro, em 1992, pactuou-se pela tutela do Banco Mundial, através do GEF, no financiamento, controle e processo de auditorias dos projetos ambientais em escala planetária. O desenvolvimento sustentável se tornava naquele momento uma cortina ideológica que escondia tais decisões estritamente econômico-financeiras.

Fórum Global: ONGs e Movimentos Sociais no Aterro do Flamengo

O Fórum das Organizações Não-Governamentais e Movimentos Sociais (Fórum Global) foi a reunião de 6.800 ONGs de 177 países e de movimentos sociais de ampla gama de temas, com 19.000 participantes, sendo 11.000 estrangeiros (ANDRADE, 1993), com mais de 400 eventos oficiais e não-oficiais (COTRIM, 1993a e 1993b). As Organizações Não-Governamentais foram convocadas oficialmente pela ONU, “com voz e sem voto” (GUERRA, 1994, p. 337) – *cabe destacar que na realidade nem as “vozes” foram ouvidas nas reuniões oficiais* – para a Conferência do Rio de Janeiro.

Segundo Ferreira (1998, p. 97), o Fórum Global tinha três objetivos bem definidos: [1] ser um momento de confraternização entre os ecologistas de todo o planeta; [2] qualificar os debates em torno dos problemas globais e mesmo sobre a pobreza, desenvolvimento e qualidade ambiental; e, ainda, [3] funcionar como expressão política da sociedade civil organizada, e que conseguisse influenciar os rumos das discussões na Cúpula da Terra. Se o primeiro e segundo objetivos foram alcançados, acreditamos que somente metade do terceiro objetivo se consolidou: o Fórum Global se tornou sim expressão política da sociedade civil, mas não influenciou os debates realizados no Riocentro. É possível afirmar que “*o sucesso do Fórum Global deveu-se menos aos resultados do evento e mais à capacidade de mobilização das ONGs e movimentos sociais para a conferência*” (TAVARES, 1999, p. 102).

De todo maneira, o Fórum Global constituiu um verdadeiro “espaço de esperança”, não como a materialização da utopia em forma espacial, mas como a constituição, ainda que efêmera, da prática de um exercício de otimismo de intelecto, que serviu para abrir “caminhos de pensar” (HARVEY, 2006, p. 33). Ali sim a “sustentabilidade” adquiria lugar privilegiado nos debates, e não o desenvolvimento *per se* e suas formas de financiamento³. Isto porque havia no Fórum Global tendas para os jovens, comunidades religiosas diversas, grupos étnicos como os indígenas, movimentos populares urbanos, organizações sindicais, governamentais (como as Secretarias de Meio Ambiente), internacionais como a UNICEF, UNESCO, conjuntos de artistas, ONGs (as mais profissionalizadas buscavam construir *lobbies* para influenciar no Riocentro), entre outros. Além de tendas, havia stands, cantinas, lanchonetes e um anfiteatro, e aconteciam manifestações artísticas, políticas e passeatas (ZHOURI, 1993). Segundo Zhouri (1993), exercitou-se no Fórum o direito de cidadania, traçada nos entremeios das fronteiras pontilhadas dos Estados-Nações: era, nas palavras da autora, o espaço de convívio de diferenças de opiniões, ocorrendo o encontro da ciência com o senso comum, da racionalidade acadêmica com os saberes tradicionais, da religiosidade com o materialismo, das meditações e terapias orientais com manifestações agitadas por “batucadas” e outros ritmos diversos, da alimentação *fast-food* convivendo harmonicamente com alternativas vegetarianas. Por meio da ecologia, “*falaram os negros, os meninos de rua, os países latino-*

³ Segundo Zhouri (1993, p. 14), o Fórum Global poderia ser entendido como um momento ritual, um espaço de intertextualidade – um ponto de intersecção dos vários discursos ecologistas – apresentado sob a forma de festa e conagração, mas também sob a forma de múltiplas tensões entre diversos grupos políticos. Segundo a mesma autora, a metáfora de aldeia global de Herbert Marshall McLuhan realizou-se no Aterro do Flamengo, ainda que todo cercado e protegido pela “segurança militar”. Afinal, não faltaram nem as tendas e nem o totem (neste caso, a “Árvore da Vida”, localizada em um lugar central no Aterro do Flamengo) que indicavam a formação simbólica de uma grande aldeia.

americanos, os favelados (...) do Rio de Janeiro, os índios, os africanos, os sindicatos, os aposentados brasileiros, políticos, empresários, grupos religiosos, que encontraram na ecologia uma forma de expressão” (ZHOURI, 1993, p. 17). A “Vigília Religiosa pela Terra” reuniu diferentes grupos religiosos e tornou-se um dos símbolos do evento. Da mesma maneira, “globalização”, “planetarismo” e “universalismo” consignavam novos sentidos e significados à singularidade. Mais do que resultados concretos em termos de negociações, o Fórum Global representou um momento de troca de experiências entre os diferentes grupos, de reconhecimento e fortalecimento dos princípios.

No primeiro dia do Fórum Global – 01.º de junho de 1992, portanto, dois dias antes da Cúpula da Terra – ocorreu o anúncio que George Bush criaria um fundo de 150 milhões de dólares para salvar as florestas do Planeta, o que foi prontamente considerado como exercício cosmético pelo porta-voz da ONG ambientalista *Sierra Club* (COTRIM, 1993b). Ao mesmo tempo, 600 indígenas, entre os quais 70 líderes em Conferência Mundial dos Povos Indígenas, no Parque Indígena Kari Oca (casa de branco), indicavam a necessidade de enxergar o homem como parte da natureza, e não a mesma como refém do homem (ZHOURI, 1993). Um telão no Aterro mostrava imagens do Riocentro. Entre as tendas, podemos destacar a “*Planeta Fêmea*”, onde se discutia questões como o aleitamento materno e o planejamento familiar. O Movimento Internacional de Mulheres “Planeta Fêmea” realizou uma vigília na Praia do Leme, com a presença da atriz norte-americana Shirley McLaine (ANDRADE, 1993).

Cotrim (1993b, pp. 23-24) salienta o largo espectro das ONGs reunidas no Fórum Global: além de *World Wildlife Fund*, *Greenpeace*, Amigos da Terra e Fundação Costeau, e de incontáveis organizações ambientalistas de médio e pequeno porte, também participavam a Organização de Libertação da Palestina, o *Global Climate Concil* (associação de 40 empresas industriais, sobretudo dos Estados Unidos, contra a taxa sobre o CO₂), *World Coal Institute* (35 produtores de carvão com a Shell, a Exxon e a Total), o E7 (os sete maiores produtores de eletricidade do mundo) e a Câmara de Comércio Internacional (que representava 7.500 empresas de cem países). Na esfera financeira, o governo do Canadá, por exemplo, transferiu para as ONGs canadenses cerca de US\$ 2,5 milhões para participação na Rio-92, enquanto as ONGs incluídas na delegação sueca foram inteiramente financiadas pelo Governo da Suécia (TAVARES, 1999, p. 103). Entre fazer *lobby*, apontar alternativas técnicas ou indicar propostas políticas, o autor destaca que maior diversidade dificilmente se encontrará. Para Lená (1997, p. 323), as ONGs “*apoiadas pelos meios de comunicação, pela opinião pública e pelos cientistas, surgem como poderosos agentes de mudança*”. O Fórum Global foi palco de importantes debates, verificáveis com a publicação dos 40 Tratados das ONGs (1992), ainda que a cobertura oficial insistisse em noticiar apenas o lado folclórico-celebrativo do evento⁴, e ações como uma gigantesca passeata – a “Eco dos Oprimidos pela Vida” – que reuniu em alas os manifestantes denunciando o abandono da saúde, da educação, da vida, envolvendo ativistas da CUT e do Fórum da Reforma Urbana, receberam pequena atenção ou simplesmente foram motivo de escárnio pela grande mídia.

O Fórum Global produziu os seguintes documentos: [1] Declaração do Povo da Terra e [2] os “Tratados das ONGs”. Especificamente, em relação à participação do Brasil, foi produzido um relatório denominado “Meio Ambiente e Desenvolvimento: uma visão das ONGs e dos Movimentos Sociais Brasileiros”. Assim como os documentos da Cúpula da Terra foram paulatinamente elaborados durante as reuniões do Comitê Preparatório, o processo de confecção dos “Tratados Alternativos” foi iniciado em Paris, em 1991, durante o

⁴ Esta foi a tônica da cobertura da imprensa nacional e internacional, que se esmerou em destacar as aparições de astros do *showbusiness* internacional, como Shirley McLaine [anteriormente citada], Roger Moore, Jane Fonda, Ted Turner, Jacques Costeau, John Denver, Bianca Jagger, entre outros, ou ainda de figuras folclóricas, como o “Emissário”, que carregava uma cruz onde se lia “Apocalipse Já”, ou o “Beijoqueiro”, personagem que se tornou famoso devido a seu hábito de aparecer em eventos beijando celebridades.

período em que se realizava o terceiro PrepCom, reunindo as delegações da ONU em Genebra, na Suíça. Estes documentos não são considerados produtos da conferência, pois não obtiveram valor deliberativo-jurídico-diplomático, e, além disso, se tornaram pouco conhecidos mediante a parca divulgação de suas propostas e reflexões.

Todavia, se os governos evidenciaram no Rio de Janeiro sua incapacidade para transcender seus objetivos políticos imediatos e motivar compromissos concretos de ação pela maior qualidade de vida, segundo Guerra (1994, p. 341) a sociedade civil representada no Fórum Global apresentou uma sinergia muito mais ativa e dinâmica capaz de promover uma resposta internacional gradual aos problemas ecológicos. O “Fórum Global foi importante pelo próprio fato de se ter concretizado” (BORREGO, 1993, p. 58); pela demonstração de vitalidade e comprometimento, mais do que quaisquer medidas tomadas, foi a principal voz de esperança que soou no Rio em junho de 1992 (FERNANDES, 1993). A ação das ONGs e associações ali presentes, segundo Gonçalves (1993), em muitos aspectos fez do Fórum Global uma réplica do Maio de 68 da França. O Fórum Global foi acima de tudo um campo aberto de debate: com diferentes vozes, marcado pela diversidade de propostas, por vezes com irreverência, radicalismo e utopia, tornou-se uma clara afirmação da sociedade civil face ao centralismo e à burocracia dos Estados (RUIVO, 1993, pp. 98-99).

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: GEOPOLÍTICA, IDEOLOGIA E UTOPIA

Denominamos “Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável” o projeto político de dominação territorial com base no controle das riquezas naturais, articulado estrategicamente de forma diplomático-protocolar, destacadamente através das grandes conferências (OLIVEIRA, 2011, 2012 e 2014b). E para compreender os pressupostos da Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável em sua plenitude, é necessário empreender “*uma releitura da relação entre poder e território*” (RODRIGUES, 1993, p. 130), pois se trata de um novo significado da geopolítica, “*que não mais atua na conquista de territórios, mas na apropriação da decisão sobre seu uso*” (BECKER, 2004, p. 21).

Isto porque o desenvolvimento sustentável corresponde a um acerto de ordem geopolítica, uma vez que as matérias-primas localizadas nos países periféricos requerem cuidados protocolares para evitar que a máquina político-econômica do desenvolvimento coloque em risco os estoques de natureza existentes. Este controle pactuado internacionalmente através de diversos protocolos – com destaque para a Agenda 21, assinada na Eco-92, entre outros acordos –, não pode ser compreendido de maneira simplista: não é que aquilo que entendemos como natureza (divorciada do homem) encontra-se extinta nos países centrais, mas sim o fato de riquezas naturais primordiais para a manutenção da potência produtiva – petróleo, água, recursos florestais, para ficarmos somente nestes exemplos – encontrar-se preempitoriamente localizadas nos países periféricos. Acresça-se aqui outro ponto nevrálgico: os países ditos periféricos já detêm em grande parte tecnologia semelhante – quando não superior – para a extração destes recursos, e a disciplinaridade ambiental recoloca os países mais ricos como detentores de métodos “ecologicamente corretos” de gestão da natureza que agora deve ser protegida (OLIVEIRA, 2014b).

Ocultado como *geopolítica*, o desenvolvimento sustentável ainda se consolida como uma ideologia contemporânea, de grande capacidade de sedução e diapasão. Não é por outro motivo que suas implicações se espraiam rapidamente como políticas de Estado em suas diversas escalas, na plataforma de ação de diferentes empresas, nas escolas, universidades, imprensa e mídias diversas, assim como nas políticas de planejamento urbano, agrícola e de transportes. Todavia, com os olhares novamente voltados para a Eco-92, podemos apontar que

as discussões propostas no âmbito da sustentabilidade oferecem, em meio às operações geopolíticas, possibilidade utópicas de construção de um mundo melhor.

A Ideologia do Desenvolvimento Sustentável

A Conferência do Rio de Janeiro – 1992 demonstrou o quanto o *meio ambiente* é capaz de forjar consensos; em outras palavras, em nome da proteção da natureza e dos interesses do desenvolvimento, governos de países com graves vicissitudes políticas, econômicas e sociais entenderam no modelo de desenvolvimento sustentável uma possibilidade de crescimento. O desenvolvimento sustentável se revelou uma oportunidade lucrativa para todos.

O desenvolvimento sustentável se consolidou através da imagem do *consenso*. Proops [et. al.] (1997, p. 107) afirma que, para atingir a sustentabilidade, é necessário um consenso de três fases: [1] um consenso para assumir uma posição ética pela meta geral da sustentabilidade, especialmente no mundo em desenvolvimento; [2] um consenso sobre a meta operacional com vista ao estado sustentável provisório do futuro a longo prazo; [3] e, por fim, um consenso em prol de um objetivo intermediário que oriente a formulação da política. Algo como a constituição de um consenso presente, num futuro próximo e num futuro longínquo. O Relatório Brundtland (1988) tem em seu título a ideia de “*Nosso Futuro Comum*”, que transmite um consenso acerca das proposições para o futuro da humanidade. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, foi convertida em um *simulacro espacial* para a consignação de um consenso em torno da ideia de desenvolvimento sustentável. Há uma “*linha de evolução*” manifesta: de conferências sobre o ambiente nos anos 1970, passou-se a conferências sobre o ambiente e o desenvolvimento nos anos 1990, para, seguidamente no ano de 2002, a Cimeira Mundial de Johannesburg, e de 2012, na Rio + 20, consagrar a proposta do desenvolvimento sustentável (SAUVÉ, BERRYMAN, BRUNELLE, 2003; OLIVEIRA, 2014b). O desenvolvimento sustentável tornou-se, inapelavelmente, um consenso, particularmente na esfera das Nações Unidas, de tal maneira que não esteve em discussão em 2012, na Rio + 20; intitulada Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, revelou um novo passo ambiental da ONU: a construção da “*economia verde*” (OLIVEIRA, 2014b).

Independentemente do entendimento dos sentidos da crise ambiental – se é uma realidade ou virtualidade, uma crise do capitalismo ou da própria civilização, que requer uma solução técnico-econômica ou simplesmente insolucionável, para ficarmos apenas em alguns exemplos de perspectivas –, poucos discordariam da necessidade premente de se pensar alternativas ao poluente modelo hegemônico, fazendo com que o simples fato do debate acerca da problemática ambiental ter recebido contornos políticos mundiais signifique uma grande vitória. Todavia, não há espaço para dúvidas: o desenvolvimento sustentável consolidou-se como *ideologia* (OLIVEIRA, 2001, 2005, 2011 e 2014a), pois sob o espectro da ideia de proteção da natureza ocultou-se todos os mecanismos de coerção política, financeira e de gestão das riquezas naturais onipresentes nos debates do Riocentro. Mais que ambiental, o desenvolvimento sustentável consolidou-se um modelo político-econômico.

A Utopia da “Sociedade Sustentável”

Mannheim (1986, p. 216) aponta que “*utópicas são as orientações que, transcendendo a realidade, tendem, se se transformarem em conduta, a abalar, seja parcial ou totalmente, a ordem de coisas que prevaleça no momento*”. Afinal, segundo o mesmo autor, “*as utopias também transcendem a situação social, pois também orientam a conduta para elementos que a situação, tanto quanto se apresente em dada época, não contém*” (MANNHEIM, 1986, p. 219). A realização do Fórum Global inaugurou uma nova forma de articulação política; afinal,

a reunião de diversos grupos sociais em atividades paralelas, com respeito à diferença de credo, etnia, ideários, proposições e atuações, foi um marco simbólico de uma nova forma de fazer política.

Na década de 90 do século XX, novos fóruns surgiram como espaços de reflexão, de luta e de proposições de ideias alternativas – como o caso do Fórum Social Mundial, realizado anualmente e que reúne milhares de pessoas. Eventos de grande porte organizados pela ONU também passaram a contar com eventos paralelos reunindo milhares de participantes, que, mesmo sem poder diplomático-deliberativo, colocam em pauta suas reivindicações e explicitam questões importantes para serem difundidas para a sociedade. A recente explosão de manifestações diversas em várias cidades do mundo confirma que o encontro, o questionamento e a rebeldia se tornaram marcas políticas da coletividade em prol de alternativas à realidade existente.

Nas atividades de algumas ONGs – lembremos que se trata de segmento complexo e multifacetado, com múltiplos e difusos interesses – e da grande diversidade de movimentos sociais emergiram debates que, via de regra, permitiram e estimulavam a diversidade de opinião e conhecimentos. Havia no Fórum Global uma retomada da análise que aponta contradições, uma vez que em relação ao meio ambiente há uma extraordinária diversidade de discursos. Afinal, segundo Harvey (2006), a arquitetura do utopismo dialético, inserida e limitada pelos processos econômico-políticos, junções de capacidades tecnológicas e características superestruturais do direito, do conhecimento, das crenças políticas, deve alimentar o desenvolvimento de alternativas e possibilidades de ação humana que priorizem a vontade de “*criar*”, unidas entre si de maneira dinâmica e co-evolutiva abarcando diferentes escalas espaço-temporais. Mesmo com todos os limites impostos pela articulação do *simulacro*, o Fórum Global permitiu o desenvolvimento de uma alternativa utópica: a constituição da “*sociedade sustentável*”, termo que foi utilizado na discussões e nos documentos assinados no decorrer do Fórum Global e que significava a recusa de uma leitura meramente econômica do desenvolvimento sustentável e a proposição de um modelo societário que levasse em conta as demandas de diferentes “*povos*” da Terra. Ainda que a *Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável* enquanto ideologia tenha capturado na aparência esta concepção, não há dúvidas que o recado de que é possível uma via alternativa a ser construída pela sociedade permaneceu vivo.

Considerando os desenvolvimentos geográficos desiguais e disparidades socioeconômicas, David Harvey nos instiga a realizarmos uma geografia da esperança, em nossa capacidade de formular utopias e promover uma práxis verdadeiramente transformadora. Nos interstícios das ações dominantes em prol da Operação Desenvolvimento Sustentável, emergiu um “*espaço de esperança*”. A dialética permanece nas novas utopias criadas em torno da construção de uma sociedade melhor. Segundo Harvey (2006), na qualidade de reais arquitetos de nosso futuro, não podemos nos lançar numa interminável problematização e em conversações que jamais chegam a termo. É preciso fazer recomendações e tomar decisões a partir do conhecimento profundo da realidade.

No Fórum Global estiveram presentes “*rebeldes*” se empenhando em transformar o mundo. Não importa que parte dos presentes ao Aterro do Flamengo possa ter sido cooptada pela ideologia do desenvolvimento sustentável, ou que, no cômputo geral, o Fórum Global tenha sido estrategicamente utilizado como parte de um simulacro espacial de celebração de uma geopolítica dominante. Harvey (2006) nos ensina que o comunitarismo como movimento utópico dá precedência à cidadania, às identificações e responsabilidades coletivas em oposição à busca privada de vantagens pessoais e ao “*discurso dos direitos*” associados. O Fórum Global, com suas lutas e inquietações, se proliferou em inúmeros outros fóruns. Um grande passo foi dado neste sentido na Rio-92: a arte de fazer política para além daqueles sujeitos que buscam sempre se assenhorar das decisões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento sustentável se consolidou, após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – 1992, como um importante mecanismo de ação de diversos sujeitos sociais: dos Estados em suas múltiplas escalas às empresas de diferentes portes, dos ativistas sociais envolvidos em ONGs, associações de moradores e sindicatos às universidades, da educação ambiental nas escolas, em diferentes segmentos de ensino, aos cadernos especializados da grande mídia. O desenvolvimento sustentável, como ideologia e como prática seletiva – uma vez que se extrai da Agenda 21 o que mais diretamente interessar, ou seja, o que gerar maiores lucros ou simplesmente melhor propaganda –, avançou a passos largos no Brasil e no mundo, ainda que as melhorias ambientais não sejam nem sempre perceptíveis.

Durante a Eco-92 a cidade do Rio de Janeiro tornou-se um simulacro espacial da ordem global, na medida em que se reproduziu na escala do lugar as tensões da Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável. “Pensar globalmente, agir localmente”, um slogan comum nas políticas de implantação do desenvolvimento sustentável, pode ser aqui adequado ao modelo de estruturação de toda a conferência. Entre as proposições do Aterro do Flamengo e as deliberações do Riocentro havia uma distância muito maior do que se supunha: não eram apenas cerca de 40 km; na verdade havia uma gigantesca distância espaço-temporal entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, lucro e equilíbrio socioambiental, Estados-Maiores e sociedade civil, ideologia e utopia. A relação local-global não deixa de ser um paradoxo da sociedade contemporânea, uma vez que a tensão entre o global (de um mundo que assiste uma profunda alteração em sua geopolítica tradicional) e o local (emergente na condição de espaço simultâneo de reivindicação e de ação) (FONT e RUFÍ, 2006) permite diferentes interpretações de um mundo onde o lugar é carregado de significações da ordem estabelecida.

Há apenas três anos, entre os dias 13 e 22 de junho de 2012, novamente na cidade do Rio de Janeiro, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio + 20. Tal conferência confirmou algumas desconfianças que emergiram neste intervalo de duas décadas, quando revelou, por exemplo, a adoção da “economia verde” [um “esverdeamento” da economia de mercado] ou novamente incorreu na elasticidade e maleabilidade dos protocolos assinados, que permite uma adoção seletiva dos pressupostos do desenvolvimento sustentável. Por outro lado, as ONGs e movimentos sociais de cunho ambientalista não consolidaram discursos alternativos à sustentabilidade, e se dividiram entre aquelas que estão cooptadas pelo discurso dominante e adotam práticas empresariais e outras que praticam um radicalismo discursivo ingênuo e pouco efetivo. Ainda assim, à revelia de certa descrença neste modelo de conferência, é possível alentar que, seja no Riocentro, seja no Aterro do Flamengo, nos manifestos pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro havia uma certeza, por vezes mal disfarçada: o sustentável não é o problema e nem precisa de mais debate; o que é fundamental é se pensar uma reformulação – a partir das esferas política, econômica, social, cultural, urbana, agrária e ambiental – do conceito de desenvolvimento, marcadamente o grande desafio deste século que se inicia.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico [CNPq], pela concessão de bolsa de iniciação científica que permite a

continuidade de nossas pesquisas, agora vinculadas ao projeto por nós coordenado intitulado “A Reestruturação Ecológico-Econômico-Espacial da Borda Metropolitana Fluminense: O caso da cidade de Seropédica (Rio de Janeiro / Brasil)”, no âmbito do Laboratório de Geografia Econômica e Política e Práticas Educativas [LAGEPPE / DEGEO] da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro [UFRRJ].

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA 21. CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **A Agenda 21**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996.

ALVES, José Augusto Lindgren. **Relações Internacionais e Temas Sociais: A Década das Conferências**. Brasília, DF: IBRI – Instituto Brasileiro de Relações Internacionais / FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.

ANDRADE, Thales Haddad Novaes de. Considerações sobre a cobertura da imprensa paulista da Rio-92 e do Fórum Global: Oficialismo e Naturalismo. In: RODRIGUES, Arlete Moysés (Org.). **Meio Ambiente – Ecos da Eco**. Textos Didáticos. Campinas, SP, N.º. 8, IFCH / UNICAMP, Março de 1993.

BORREGO, Carlos. “Entrevista”. In: COTRIM, João Paulo (Coord.). **De Planeta nas Mãos: No pós Eco-92**. Lisboa: Edições Colibri, 1993.

BECKER, Bertha. **Amazônia: Geopolítica na Virada do III Milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO – 1988. **Nosso Futuro Comum (Relatório Brundtland)**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CHAUI, Marilena. **Cultura e Democracia: O Discurso Competente e Outras Falas**. 3. ed. São Paulo: Editora Moderna, 1982.

COTRIM, João Paulo. Abertura. In: COTRIM, João Paulo (Coord.). **De Planeta nas Mãos: No pós Eco-92**. Lisboa: Edições Colibri, 1993a.

———. Um Diário dos Ecos. In: COTRIM, João Paulo (Coord.). **De Planeta nas Mãos: No pós Eco-92**. Lisboa: Edições Colibri, 1993b.

DOMINGOS, Delgado. “Entrevista”. In: COTRIM, João Paulo (Coord.). **De Planeta nas Mãos: No pós Eco-92**. Lisboa: Edições Colibri, 1993.

FERNANDES, José de Almeida. “Entrevista”. In: COTRIM, João Paulo (Coord.). **De Planeta nas Mãos: No pós Eco-92**. Lisboa: Edições Colibri, 1993.

- FERREIRA, Leila da Costa. **A Questão Ambiental: Sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.
- FONT, Joan Nogué; RUFÍ, Joan Vicente. **Geopolítica, identidade e globalização**. São Paulo: Annablume, 2006.
- GONÇALVES, Agostinho Jardim. “Entrevista”. In: COTRIM, João Paulo (Coord.). **De Planeta nas Mãos: No pós Eco-92**. Lisboa: Edições Colibri, 1993.
- GUERRA, Luis Manuel. La Participación de las Organizaciones No Gubernamentales em la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo. In: GLENDER, Alberto; LICHTINGER, Victor (Comps.). **La Diplomacia Ambiental: México y la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo**. México: Secretaría de Relaciones Exteriores, Fondo de Cultura Económica, 1994.
- HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio de Janeiro, Johannesburgo: O Brasil e as Três Conferências Ambientais das Nações Unidas**. Brasília: Instituto Rio Branco, Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, 2007.
- LENÁ, Philippe. Novos atores sociais, desenvolvimento sustentável e Organizações Não-Governamentais. In: BECKER, Bertha K; MIRANDA, Mariana (Orgs.). **A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
- LIMA, Rafael Gustavo de; CRUZ, Gizelli Alini da; PIMENTEL, Luiza Roberta de S. A Mídia Nacional e Internacional na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Eco 92 ou Rio 92. In: LADWIG, Nilzo Ivo; COSTA, Rogério Santos da. (Orgs.). **Sustentabilidade e Gestão Estratégica: debates e experiências interdisciplinares**. 21. ed. Palhoça, SC: Editora Unisul, 2010.
- MANNHEIN, Karl. **Ideologia e Utopia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- MONTAÑO, Jorge. Hacia la consolidación de la Cumbre de Rio: Las Naciones Unidas y el Desarrollo Sustentable. In: GLENDER, Alberto; LICHTINGER, Victor (Comps.). **La Diplomacia Ambiental: México y la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo**. México: Secretaría de Relaciones Exteriores, Fondo de Cultura Económica, 1994.
- NOBRE, Marcos. Desenvolvimento Sustentável: Origens e significado atual. In: NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Maurício de Carvalho. **Desenvolvimento Sustentável: A Institucionalização de um Conceito**. Brasília – DF: IBAMA, 2002.
- OLIVEIRA, Leandro Dias de. **A Ideologia do Desenvolvimento Sustentável no Ensino da Geografia**. 2001. 176 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Departamento de Geografia,

Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Faculdade de Formação de Professores (FFP), São Gonçalo / RJ, 2001.

———. A Ideologia do Desenvolvimento Sustentável: Notas para Reflexão. **Revista Tamoios**, Rio de Janeiro, UERJ-FFP, v. I, n. 2, p. 33-38, 2005.

———. **A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável**: um estudo sobre a Conferência do Rio de Janeiro (Rio-92), 2011. 283 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas – SP, 2011.

———. A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável: Reflexões sobre o encontro entre economia. **Revista Carta Internacional**. Volume 7, Número 1, 2012, pp. 118-139. Disponível em: <<http://cartainternacional.abri.org.br/index.php/Carta/article/download/54/36>>.

———. Geografia urbana e desenvolvimento sustentável: notas acerca da reestruturação espacial contemporânea. In: OLIVEIRA, Floriano José Godinho de; FREIRE, Desirée Guichard; MASCARENHAS, Gilmar; OLIVEIRA, Leandro Dias de (Org.). **Geografia Urbana: Ciência e Ação Política**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014a, v. 1, p. 127-142.

———. Rio + 20: Reflexões sobre geopolítica e ideologia. **Espaço e Economia**: Revista Brasileira de Geografia Econômica, Ano 2, Número 4, Jan. / Jun. | 2014 b. Disponível em: <<http://espacoeconomia.revues.org/854>>.

PROOPS, John; FABER, Malte; MANSTETTEN, Reiner; JÖST, Frank. Realizando um mundo sustentável e o papel do sistema político na consecução de uma economia sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez Editora / Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

RICUPERO, Rubens. “Eco 1992: História de uma negociação: O capítulo financeiro da Agenda 21 durante a Conferência de Meio Ambiente e Desenvolvimento [Rio de Janeiro, 3 - 14 de junho de 1992]”. In: **Missões de Paz**: a diplomacia brasileira nos conflitos internacionais. Edição comemorativa dos cem anos de paz nas fronteiras do Brasil. [s/d] Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/missoes_paz/port/capitulo9.html. Acesso em: 20 de outubro de 2008>.

ROSENTHAL, Gert. “América Latina y el Caribe ante los Problemas Ambientales y del Desarrollo”. In: GLENDER, Alberto; LICHTINGER, Victor (Comps.). **La Diplomacia Ambiental**: México y la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo. México: Secretaría de Relaciones Exteriores, Fondo de Cultura Económica, 1994.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Novas práticas e novas matrizes discursivas? In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SANTOS, Milton; SCARLATO, Francisco Capuano; ARROYO,

Mônica (orgs.). **O Novo Mapa do Mundo. Natureza e Sociedade de Hoje: Uma Leitura Geográfica**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

RUIVO, Mário. “Balanço e Perspectivas da Eco-92 – Do Crescimento Zero a um Desenvolvimento Sustentável”. In: COTRIM, João Paulo (Coord.). **De Planeta nas Mãos: No pós Eco-92**. Lisboa: Edições Colibri, 1993.

SAUVÉ, Lucie; BERRYMAN, Tom; BRUNELLE, Renée. Environnement et développement: la culture de la filière ONU. In: SAUVÉ, L.; BRUNELLE, R. (Dir.). **“Environnements, Cultures et Développements”**. Éducation relative à l’environnement – Regards, Recherches, Réflexions, Montréal, Canadá, Vol. 4, 2003, pp. 33-55. Disponível em: <<http://www.unites.uqam.ca/ERE-UQAM/membres/articles/02RechRef02.pdf>>. Acesso em: 10 de março de 2011.

SERAFY, Salah El. Contabilidade verde e política econômica. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez Editora / Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

STARKE, Linda. **Sinais de Esperança: Lutando por Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

TAVARES, Ricardo Neiva. **As Organizações Não-Governamentais nas Nações Unidas**. Brasília: Instituto Rio Branco, Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de Estudos Estratégicos, 1999.

ZHOURI, Andréa Luisa Moukhaiber. Globalidade-Singularidade: O Fórum Global. In: RODRIGUES, Arlete Moysés (Org.). **Meio Ambiente – Ecos da Eco**. Textos Didáticos. Campinas, SP, n.º 8. IFCH / UNICAMP, Março de 1993.